



PLANO DE DESENVOLVIMENTO

UNIDADE III – 3º BIMESTRE



Objetos de conhecimento e habilidades

A **unidade III** aborda o Brasil do século XIX marcado por processos históricos diversos desde a chegada da Família Real, as lutas pela independência, as revoltas regionais, a formação e estruturação do Estado brasileiro, até a modernização do império, a Guerra do Paraguai, a Abolição e a imigração, ocorridas no Segundo Reinado.

Os alunos também discutirão sobre o escravismo no Brasil e serão estimulados a relacionar o percurso histórico com as realidades da sociedade atual, processo fundamental para a valorização da diversidade étnico-racial e cultural e para o combate ao racismo.

CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
9	Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.
10	O Brasil do Segundo Reinado: política e economia <ul style="list-style-type: none">• A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado• Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai	(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.
11	Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o

	<p>contestações ao poder central</p> <p>O Brasil do Segundo Reinado: política e economia</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado • Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai 	<p>Primeiro e o Segundo Reinado.</p> <p>(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.</p> <p>(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.</p>
12	<p>O escravismo no Brasil do século XIX: <i>plantations</i> e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial</p> <p>Políticas de extermínio do indígena durante o Império</p> <p>A produção do imaginário nacional brasileiro: cultura popular, representações visuais, letras e o Romantismo no Brasil</p>	<p>(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.</p> <p>(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.</p> <p>(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.</p> <p>(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.</p>



Gestão da sala de aula e práticas pedagógicas

O **capítulo 9** toma como ponto de partida as lutas pela independência ocorridas pelo país. Uma forma de iniciar esses estudos pode ser por meio da apresentação das variadas formas de recepção e reação ao processo de independência nas distintas províncias. Pode-se realizar a leitura do hino oficial do estado da Bahia e problematizar com os alunos o destaque ao dia 2 de julho como aquele em que a pátria se tornou livre, para os baianos. Se estamos acostumados a reconhecer o dia 7 de setembro como a data da independência, por que os baianos comemoram o dia 2 de julho? Encaminhar um debate a partir da questão proposta, levando os alunos a perceber que nessa data, no ano de 1823, a Bahia

oficialmente foi considerada independente de Portugal. Essa discussão introduz a noção de que o processo de emancipação política não ocorreu de maneira uniforme em todo o Brasil e que batalhas foram travadas para que esse processo tenha se concretizado.

Em seguida, pode-se fazer a discussão sobre os aspectos externos da emancipação política, especialmente em relação ao reconhecimento internacional. A reação de portugueses e ingleses é determinante para o desenvolvimento do império, seja por conta do endividamento gerado pela indenização paga à Portugal, seja pela manutenção das relações comerciais em moldes coloniais com os ingleses.

Efetivada a emancipação política do Brasil, cabe discutir com a turma a elaboração e outorga da primeira Constituição brasileira. Se for possível, uma estratégia é realizar a leitura de trechos selecionados da Carta. Chamar a atenção para a criação dos quatro poderes, suas configurações e atribuições. Destacar outros aspectos também, como forma de governo, religião e voto. É importante chamar a atenção dos alunos para a restrição do direito ao voto para apenas cidadãos que tivessem determinado nível de renda. É possível, a partir dessa leitura e discussão, problematizar qual a concepção de cidadania vigente na época e que se expressou na Constituição.

A forma como a constituição foi promulgada, com a dissolução da Assembleia Constituinte eleita e a criação do Conselho de Estado, bem como a criação de um 4º poder, o moderador, foram elementos chave que contribuíram para o desgaste político e a queda da popularidade de D. Pedro I. Para compreender as várias formas como D. Pedro I foi retratado e apropriado politicamente, sugere-se a realização da **1ª sequência didática**.

O decurso do encerramento do Primeiro Reinado, com estudo do processo que levou à abdicação do imperador, em 1831, pode ser tratado como uma transição para os temas tratados no **capítulo 10**. Para introduzir o assunto, pode-se levantar a discussão sobre o que ocorreu com o Brasil quando D. Pedro I abdicou e retornou para Portugal, deixando seu filho de apenas 5 anos de idade como herdeiro do trono. Levantar ideias e conhecimentos prévios sobre o assunto pode ser uma boa estratégia. Em seguida, explicar que a Constituição previa que o cargo deveria ser ocupado por três regentes escolhidos por uma Assembleia Geral formada por deputados e senadores.

Pode-se dizer que a unidade nacional, conquistada após a emancipação política, estava ameaçada, em certa medida, porque a figura autoritária e centralizadora do imperador havia se perdido, o que desencadeou uma disputa pelo poder em diversas partes do território brasileiro. Nesse momento, cabe fazer uma discussão sobre os principais grupos políticos atuantes no cenário nacional, restauradores ou caramurus, moderados ou chimangos e exaltados ou farroupilhas. Em meio às disputas políticas, foi criada pelo governo dos moderados a Guarda Nacional, que teve a gestão local entregue aos fazendeiros ricos, dando muito poder às elites regionais ou locais.

Ainda no campo das disputas políticas, deve-se ressaltar a eclosão de diversas revoltas pelo território brasileiro, que ficaram conhecidas na história como rebeliões regenciais. Ao abordar esse tema, sugere-se a utilização do recurso do trabalho em grupo para pesquisa sobre cada uma das revoltas, com a utilização de seminários para socialização dos resultados com a turma. Propõe-se também o uso, caso disponível, de recursos digitais e/ou audiovisuais para pesquisa e apresentação dos trabalhos. Para

auxiliar no desenvolvimento dos conteúdos e habilidades referentes às revoltas regenciais, sugere-se a realização da **2ª** e da **3ª sequências didáticas**.

Ainda sobre o tema das revoltas regenciais, cabe destacar a história de Anita Garibaldi, como exemplo da participação feminina na luta política. Como finalização dos estudos desse capítulo, recomenda-se uma pesquisa e discussão mais profunda sobre o papel das mulheres na história e, mais especificamente, o conhecimento de histórias de outras mulheres que viveram no mesmo período.

O **capítulo 11** se inicia com o desfecho da crise aberta com a abdicação de D. Pedro I: o golpe da maioria, que colocou no poder D. Pedro II, ainda com 15 anos incompletos, iniciando o Segundo Reinado. Pode-se fazer uma discussão com a turma pensando interesses que estavam em jogo e quais eram os principais partidos políticos do período, no caso, Liberal e Conservador.

Em seguida ao estudo das disputas políticas, apresenta-se como se estruturou a economia no Segundo Reinado e de que maneira o café assume a dianteira da pauta de exportações do país. Para auxiliar no desenvolvimento desse conteúdo, sugere-se a realização do **projeto integrador**, que visa a associação das disciplinas de História e Matemática. Uma outra forma de trabalhar a economia do café é por meio de mapas que demonstrem a expansão cafeeira, a partir do Vale do Paraíba fluminense e paulista para a Zona da Mata Mineira e o Oeste Paulista. Vale ressaltar que apesar de o café ser o principal produto de exportação, outros continuavam sendo importantes para a economia brasileira, como o algodão, o cacau e o tabaco no Nordeste e a borracha na Amazônia.

Em seguida, pode-se propor um estudo que relacione o crescimento da produção do café, a Lei Eusébio de Queirós e a modernização do Império, a partir da criação de indústrias, e o desenvolvimento de ferrovias. De que maneira a liberação do capital utilizado no comércio de escravizados foi um dos fatores que permitiu o desenvolvimento dessas novas atividades econômicas? Some-se a isso, a pressão inglesa para o fim do tráfico atlântico, ligado diretamente aos seus interesses econômicos. Lembrando que os ingleses foram responsáveis pela criação de diversas indústrias e estradas de ferro no Brasil. Nesse momento, cabe fazer uma relação dos processos vividos pela Inglaterra e estudados na **unidade I**, para que se compreenda quais as razões políticas, econômicas e ideológicas para essas pressões.

O estudo da temática do fim da escravidão ganha enfoque a partir da análise da influência inglesa, com a proibição da venda de escravos para as colônias na América, passando pela lei de 1831 que tornou ilegal o comércio de africanos escravizados para o Brasil, a recusa do imperador em renovar esse tratado e a lei inglesa conhecida como *Bill Aberdeen*. Orientar a turma no estabelecimento da relação entre essa lei e o crescimento da entrada de escravizados em terras brasileiras. Esse estudo já aparece como interligação com os temas que serão estudados no **capítulo 12**.

Promover com a turma um debate acerca da temática do racismo. Relacionar as informações estudadas até aqui com a realidade atual, problematizando as crenças e discursos que reforçam pensamentos e comportamentos racistas. Os alunos podem encontrar dados sobre as leis brasileiras de combate ao racismo na atualidade e os desafios que o país tem pela frente para enfrentar as desigualdades e o preconceito acessando o portal de notícias do Senado (ver seção **Fontes**).

O **Capítulo 12** visa discutir como se deu o movimento de resistência dos escravizados ao longo do tempo, mas, especialmente, como se desenvolveu o movimento abolicionista. O estudo sobre as leis abolicionistas pode ser sintetizado pela construção de um quadro com as principais informações sobre cada uma delas. Destacar com a turma que tais leis trouxeram poucas mudanças reais na vida dos negros. Esse é um período que, segundo a historiadora Adriana Estevez, foi marcado

[...] pela conjugação de uma luta que se travou nas cidades, por parte dessa classe média intelectualizada, e por rebeliões de escravos em fazendas e uma série de revoltas em quilombos.

As leis abolicionistas representam, nesse sentido, o reconhecimento dessas lutas pelo Governo Imperial. Longe de ser uma concessão bondosa do Império, as leis demonstram as pressões, não desprezíveis, realizadas por esses grupos sociais emergentes.

Sabemos que o conjunto de leis publicadas no espaço de 17 anos poucas mudanças efetivas representaram para a vida dos escravos brasileiros. Seja porque não eram cumpridas em muitas ocasiões, seja porque o seu próprio conteúdo não se direcionava aos escravos que de fato representavam a mão de obra brasileira [...].

ESTEVEZ, Adriana L. M. **Leis abolicionistas e a mobilização escrava**. *Revista África e Africanidades*, ano I, n. 2, ago. 2008. Disponível em <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Leis_Abolicionistas_e_mobilizacao_Escrava.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Sugere-se fazer uma atividade com a leitura da Lei Áurea junto aos alunos. Eles devem perceber que os impactos desse fato histórico não foram os esperados pela população negra, apesar de muito comemorados, pois não houve uma política de inclusão, portanto, não houve real melhoria das condições de vida dos afrodescendentes. Lembrando que a Lei de Terras impedia o acesso à propriedade fundiária, pois só se conseguiria terras por meio de compra e venda.

Por fim, será tratada a temática da imigração. Sugere-se realizar uma atividade para que os alunos pesquisem sobre a cultura de cada um dos povos que vieram para o Brasil, fazendo também um histórico dos processos de imigração. Recomenda-se que a pesquisa seja feita com base nos povos que chegaram na cidade, estado ou região em que se encontra a escola.



Atividades recorrentes

O júri simulado é sugerido como estratégia para discussão de algum tema pertinente e que necessite da elaboração de argumentos para defender determinado ponto de vista. Sobre esse recurso, que pode ser adotado como prática recorrente nas aulas de História, os autores afirmam que

[...] as pessoas [...] devem ser separadas em grupos a favor, contra e juízes, em uma discussão sobre um determinado tópico ou questão; ou seja, em júris simulados, há atacantes, defensores e juízes de uma questão em discussão. Nessas atividades, o professor pode assumir uma dessas funções ou papéis ou atuar como mediador. Ao atuar como mediador, o professor organiza e estrutura as contribuições dos grupos.

[...] Por fim, nesses júris, espera-se que os estudantes tenham ação ativa na produção de conhecimento, com impacto positivo no seu aprendizado.

A postura [...] implica que o professor dê suporte aos argumentos dos estudantes em prol do desenvolvimento da discussão, oferecendo oportunidades para a evolução das contraposições latentes entre argumentos científicos e do cotidiano.

VIERA, R. D.; MELO, V. F.; BERNARDO, J. R. R. O júri simulado como recurso didático para promover argumentações na formação de professores de física: o problema do “gato”. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 203-225, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v16n3/1983-2117-epec-16-03-00203.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2018.



Avaliação e acompanhamento

No trabalho com a **unidade III**, assim como em diversos outros contextos, a exploração de mapas enriquece o trabalho pedagógico e favorece a compreensão de conceitos. O texto a seguir orienta acerca das possíveis adaptações a esse trabalho de forma que inclua os alunos com deficiência visual.

É importante o professor compreender como os alunos com deficiência visual podem utilizar os documentos cartográficos para aprofundar seus conhecimentos sobre o espaço. Nesse sentido, poderá conhecer as peculiaridades do desenvolvimento e do

conhecimento espacial elaborado por eles, os procedimentos mais apropriados para exteriorizar suas representações espaciais e como manuseiam os mapas táteis. [...]

O mapa tátil é uma representação feita em relevo e com texturas, muito parecido com uma maquete. Confeccionado com cores diferentes, informações escritas em letras grandes e em braille, permite a leitura através do tato não só das pessoas com deficiência visual, mas também de idosos e pessoas com dificuldades de leitura.

CASTELLAR, Sônia M. V (Org.). **Metodologias ativas: as diferentes linguagens imagéticas**. São Paulo: FTD, 2016. p. 62.

Em relação ao processo de avaliação das aprendizagens dos alunos no trabalho com a **unidade III**, vale ressaltar a importância da observação da participação nos momentos de debate e socialização de ideias. Muito além dos instrumentos que comumente são aplicados à toda a turma, a observação atenta permite maior individualização e fornece dados para a análise dos avanços alcançados e dos desafios que merecem atenção. A esse respeito, Perrenoud ressalta que

Não há razão para dar a todos os alunos a mesma “dose” de avaliação formativa. A diferenciação começa com um investimento na observação e interpretação dos processos e dos conhecimentos proporcional às necessidades de cada aluno. O paralelo com o diagnóstico médico se impõe: o importante não é administrar a todos os pacientes os mesmos testes, as mesmas análises, os mesmos exames. É chegar a estabelecer um diagnóstico correto para cada um, a diagnosticar uma patologia e, se possível, suas causas. Em certos casos, o diagnóstico é mais do que evidente e não requer nenhuma análise especial. Em outros casos, ele passa por uma sucessão de hipóteses e de verificações que mobilizam equipamentos, especialistas, muito tempo e energia. Como o diagnóstico médico, a avaliação formativa exige investimentos diferenciados.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



Habilidades essenciais para a continuidade dos estudos

(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.

(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

(EF08HI22) Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.

Para entender o Brasil e muitas de suas permanências na longa duração, é fundamental conhecer o século XIX, isto é, do Primeiro Reinado até o final do Segundo Reinado. Sem esse conhecimento, dificilmente o aluno terá condições de compreender o advento da República e os processos históricos no país até a década de 1930.



Fontes

Livros

CRUZ, Magno José. **A Guerra da Balaiada**: a epopeia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos. São Luís do Maranhã: Centro de Cultura Negra do Maranhão e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 1998. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/balaiada.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

EDER, Antonio; DINIZ, André. **A Guerra dos Farrapos**: História do Brasil em quadrinhos. São Paulo: Escala, 2008.

JANCSÓ, I. (Org.) **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai**: como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

PERREUNOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens. Entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed. 1999.

RODRIGUES, Liliana. **A fazenda**: São Luiz da Boa Sorte e o ciclo do café. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Site

FGV. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/imigracao-e-desenvolvimento/imigrantes-do-seculo21/#/Teaser>>. Acesso em: 6 jul. 2018. Pesquisas aplicadas sobre os movimentos migratórios mundiais e o desenvolvimento socioeconômico e institucional do Brasil.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Símbolos. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/simbolos>>. Acesso em: 4 jul. 2018. Portal oficial do Rio Grande do Sul.

PORTAL de notícias do Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/pais-ainda-precisa-avancar-no-combate-ao-racismo/pais-ainda-precisa-avancar-no-combate-ao-racismo>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

Revistas

ALMANACK. Guarulhos. Vários números. Disponível em: <<http://www.scielo.br/revistas/alm/paboutj.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Artigos

ESTEVEZ, Adriana L. M. Leis abolicionistas e a mobilização escrava. **Revista África e Africanidades**, ano I, n. 2, ago. 2008. Disponível em <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Leis_Abolicionistas_e_mobilizacao_Escrava.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018

JORNAL DA UNICAMP. O dramático vai e vem dos haitianos. 16 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/08/16/o-dramatico-vai-e-vem-dos-haitianos>>. Acesso em 27 jul. 2018.

MUSLEH, Amir Hernandez; FLCHETTI, Daniel. Exportação, importação e seus impactos ambientais. **Revista ECO 21**. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2933>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

PIGNATO, Catarina; OSTETTI, Vitória. Importação e exportação: o desempenho dos países e dos produtos. **Nexo Jornal**, 21 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/12/21/Importa%C3%A7%C3%A3o-e-exporta%C3%A7%C3%A3o-o-desempenho-dos-pa%C3%ADses-e-dos-produtos>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

REIS, João José. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000100068>. Acesso em: 6 nov. 2018.

SIQUEIRA, Lucília. Independência: história e historiografia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 398-404, ago. 2006. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10168/11755>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

VIERA, R. D.; MELO, V. F.; BERNARDO, J. R. R. O júri simulado como recurso didático para promover argumentações na formação de professores de física: o problema do “gato”. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 203-225, set.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v16n3/1983-2117-epec-16-03-00203.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Vídeos

NA ÍNTEGRA – Sidney Chalhoub – História do Brasil – Abolição. Produção: Univesp. 26 fev. 2016. Duração: 59min34s. Disponível em: <<https://youtu.be/HasU6yOmsQs>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Filme

MAUÁ: imperador e o Rei. Direção: Sérgio Rezende. 1999. (135 min).